

Crescimento, distribuição e utilização da capacidade: um modelo neo-steindliano – réplica *

EDWARD J. AMADEO **

A “tese estagnacionista” baseada na má distribuição da renda e na diferença entre propensões a consumir a partir de lucros e salários remonta aos escritos de Lord Lauderdale e Malthus em seu debate com Ricardo sobre a validade da Lei de Say.¹ Em nosso século, as contribuições de Hobson, Sweezy e Steindl apontam na direção de uma tendência estagnacionista associada ao processo de oligopolização das economias capitalistas e concentração da renda. Recentemente, os trabalhos de Rowthorn, Dutt e Taylor vieram enriquecer esta literatura com o desenvolvimento de modelos que, reunindo elementos das contribuições anteriores, tornaram mais nítidos os contornos da tese estagnacionista. Os comentários do Prof. Araujo ao meu trabalho contribuem para o rigor da análise dos modelos de crescimento com grau de utilização endógena.

A meu juízo, a análise do Prof. Araujo ilumina a discussão ao enfatizar a importância para o resultado estagnacionista da relativa insensibilidade da função de investimento a variações na utilização da capacidade *vis-à-vis* a influência destas variações sobre a função de poupança. Ele também chama a atenção para o fato de que a condição de estabilidade usualmente utilizada é por demais restritiva e, por isso, não se deve atribuir a ela os resultados do modelo. Com razão, argumenta que outras explicações devem ser buscadas para justificar a relativa insensibilidade da função de investimento, e adianta uma explicação, com a qual concordo: a hipótese de que os empresários tomam suas decisões de investir segundo expectativas de longo prazo, as quais são apenas tenuamente influenciadas pelos eventos correntes. De fato, estas expectativas, e as decisões de investimento, dependem grandemente da base político-institucional em que se

* Agradeço a Martin Bes por haver discutido comigo os comentários do Prof. Araujo.

** Professor-assistente da PUC/RJ.

¹ Nas palavras de Lord Lauderdale (1819, pp. 344-5), “em geral, ... pode-se observar que uma grande desigualdade entre as fortunas ... tem sido em toda parte o principal obstáculo para o crescimento da riqueza pública”. Malthus, por sua vez, era de opinião de que “uma distribuição mais favorável da propriedade [criaria uma] demanda maior ...” [citado por Keynes (1933, p. 406)].

insere uma economia, que cambia apenas lentamente, a não ser em casos extraordinários.

O argumento apresentado pelo Prof. Araujo — de que o caráter restritivo da condição de estabilidade usual decorre da ausência de uma análise mais rigorosa dos efeitos de variações do estoque de capital decorrente do investimento — também me parece correto. Isto não significa, evidentemente, que em meu trabalho apenas o gasto agregado se ajusta a variações no investimento (como parece insinuar meu leitor), mas apenas que, por hipótese, o comportamento dos empresários é tal que o efeito do investimento sobre o produto supera o efeito sobre a criação de capacidade. Ao contrário, ainda que não esteja explícito no comentário, as hipóteses de comportamento dos empresários na construção alternativa implicam que o efeito sobre a capacidade é predominante.

Diante de um choque estocástico que resulte em uma redução no grau de utilização, o retorno à posição de equilíbrio, no caso da função de investimento original, decorrerá das hipóteses de que o investimento supera a poupança (ambos como proporção do capital) quando a utilização é menor que o grau de equilíbrio, e de que o efeito sobre a demanda agregada da discrepância entre investimento e poupança supera o efeito sobre o crescimento da capacidade. Já no caso alternativo, o retorno se dá em razão das hipóteses de que a poupança supera o investimento se a utilização é inferior ao nível de equilíbrio e de que o efeito sobre o grau de utilização via redução da capacidade supera o efeito através da queda da demanda agregada.

Tudo indica que o Prof. Araujo tenha sido levado a desenvolver o modelo modificado ou alternativo devido à natureza pouco intuitiva da condição de estabilidade original. Não lhe parece intuitivo que “uma eventual redução no grau de utilização [leve] a que os investimentos ultrapassem a poupança...” [Araujo (1987, p. 770)]. Daí por que buscar uma formulação em que sejam consideradas variações na capacidade, pois: “Se a condição de estabilidade [original] parece contradizer o bom senso, não estaria este incidindo em erro?” (*idem*, p. 772), ou melhor, não estaria ela levando ao erro? No que se segue buscaremos mostrar que em algumas circunstâncias o processo de ajuste original não é contra-intuitivo; nestas mesmas circunstâncias o processo alternativo, este sim, seria contra-intuitivo. O interesse em examinar as circunstâncias em que uma ou outra formulação da função de investimento é intuitiva é simples: dado que ambas as alternativas são estáveis, é desejável que sejam conhecidos os mecanismos por detrás dos dois processos de ajuste. Caso contrário, ter-se-ia a falsa impressão (deixada no comentário do Prof. Araujo) de que ambas as formulações são estáveis do ponto de vista formal, porém que uma delas carece de “intuição” — a formulação original.

Para o Prof. Araujo, seria “paradoxal” que o investimento fosse maior que a poupança diante de uma eventual redução no grau de utilização. Seria razoável, se bem entendo o argumento, que parte dos lucros (poupança) gerados não fosse investida. Evidentemente, a redução no grau

de utilização a que se refere o leitor é em relação ao grau de equilíbrio (u^*). Entretanto, para o empresário, o grau de equilíbrio não é uma referência relevante para as suas decisões de investir. A rigor, o grau de equilíbrio em geral será diferente do grau desejado (k) e, obviamente, assim o será a despeito do desejo do empresário individual. O grau de utilização desejado, este sim, serve de referência para a decisão de investir, pois, se o grau corrente é superior ao grau planejado, há incentivos para investir mais, e vice-versa. Diante deste argumento, a função de investimento “mais intuitiva” (ou melhor, aquela cujo sinal da discrepância com relação à poupança quando o sistema se desvia da posição de equilíbrio é “mais intuitivo”) depende da diferença entre os graus de equilíbrio e desejado, dada uma redução no grau de utilização corrente.

Suponhamos que o grau desejado (k) seja menor que o grau de equilíbrio, como esboçado no Gráfico 1. Se o grau corrente (u) é menor que o grau desejado, é razoável que os empresários decidam “entesourar” parte de seus lucros, ou seja, a função de investimento “intuitiva” ou “relevante” seria a função alternativa [$g(alt.)$]. Se, entretanto, o grau corrente é menor que o grau de equilíbrio e maior que o grau planejado, é razoável supor que os empresários investirão mais que a poupança corrente, isto é, que a função mais intuitiva seja a original [$g(orig.)$], e assim por diante. Na tabela abaixo estão listados todos os casos, e nos Gráficos 1 e 2 as linhas mais grossas representam os segmentos “intuitivos” das curvas de investimento.

Caso 1: $u^* > k$			
	$u < k$	$k < u < u^*$	$u > u^*$
Função intuitiva ou relevante	$g(alt.)$	$g(orig.)$	$g(alt.)$
Caso 2: $u^* < k$			
	$u > k$	$u^* < u < k$	$u < u^*$
Função intuitiva ou relevante	$g(alt.)$	$g(orig.)$	$g(alt.)$

Como se vê, o comportamento dos empresários associado à formulação original não é necessariamente paradoxal ou contra-intuitivo. Tampouco o é a formulação alternativa. Neste caso, entretanto, a intuição pouco nos ajuda. Como demonstra o Prof. Araujo, mesmo o comportamento não-intuitivo, seja ele associado à formulação original ou alternativa (e ambas têm ramas intuitivas e não-intuitivas), é estável!

Gráfico 1

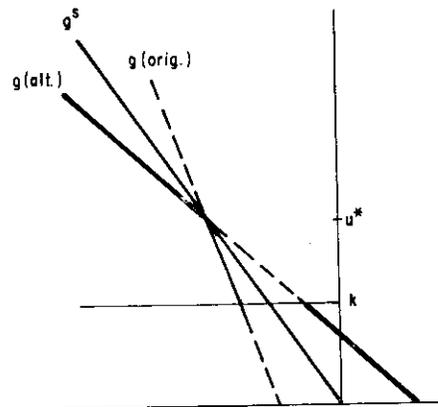
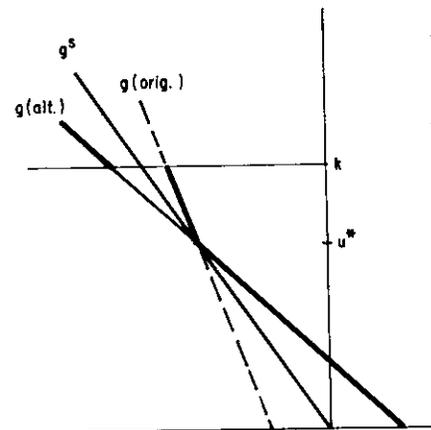


Gráfico 2



Bibliografia

- ARAÚJO, J. L. de. Crescimento, distribuição e utilização da capacidade: um modelo neo-steindliano – comentários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 17 (3):767-782, dez. 1987.
- DUTT, A. Stagnation, income distribution and monopoly power. *Cambridge Journal of Economics*, 8 (1):25-40, 1984.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. London, Nisbet, 1982.
- KEYNES, J. M. Thomas Robert Malthus: the first of the Cambridge economists. In: ———. *Essays in biography*. London, Hart-Davis, 1933.
- LAUDERDALE, Lord. *An inquire into the nature and origin of public wealth and into the means and causes of its increase*. 2. ed. London, Archibald Constable & Co., 1819.
- ROWTHORN, B. Demand, real wages and economic growth. *Studi Economici*, 1982.
- STEINDL, J. *Maturity and stagnation in American capitalism*. New York, Monthly Review Press, 1952.

———. Distribution and growth. *Political Economy: Studies in the Surplus Approach*, 1 (1):53-68, 1985.

SWEEZY, P. *The theory of capitalist development*. New York, Monthly Review Press, [1968], 1942.

TAYLOR, L. *Structuralist macroeconomics*. New York, Basic Books, 1983.